

ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO DOS CEGOS

PLANO DE ATIVIDADES 2020

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Centro de Atendimento - Resposta Social	3
3. Protocolos e Parcerias	5
4. Acessibilidade e Novas Tecnologias	7
5. Património e Instalações	8
6. Relações Externas	8
7. Recursos Humanos	9
8. Orçamento	9
9. Conclusão	11

1. Introdução

A progressiva complexidade dos problemas a que as organizações de carácter social têm de dar resposta, a emergência de novas problemáticas e as transformações ocorridas, designadamente ao nível de alguns modelos de funcionamento, exigem às organizações uma maior capacidade de adaptação à mudança, sendo um dos maiores desafios, a forma como cada uma das instituições aprofunda e gere o conhecimento e o modo como é capaz de o potenciar.

De acordo com a evolução das transformações que têm vindo a ser implementadas na Associação, o próximo ano constituirá mais um passo importante na maturação e sedimentação de mecanismos, quer na consolidação dos serviços a serem prestados à nossa população alvo, bem como, na uniformização de procedimentos e ferramentas estruturais para obtenção de uma maior eficiência e eficácia nos resultados a alcançar. Esta maturação resultará no trabalho conjunto com parceiros em diversas áreas de interesse para a Associação, como tem vindo a ser, neste último ano, o tecido empresarial, para a implementação de projetos de responsabilidade social.

2. Centro de Atendimento - Resposta Social

O ano de 2020 edificará uma renovação interna e externa para a Associação e para todos os envolvidos. Num trabalho colectivo, primaremos pela liberdade de cada parceiro na concretização de respostas realistas e sustentáveis para a população com deficiência visual.

Assumindo-se a Associação como fonte primária de financiamento na concretização das atividades enunciadas em planos anteriores, cabe-nos em 2020, continuar a dinamizá-las, esmerando-nos pela qualidade e estabilidade das respostas já alicerçadas. No nosso entender, o desenvolvimento e a continuidade dessas atividades requer uma base de autonomia financeira própria, mas também, a obtenção de novas fontes de financiamento.

O objectivo primordial para 2020 é a estruturação de uma resposta única e diferenciada para a população com deficiência visual na comunidade, com recursos necessários ao desenvolvimento da mesma. A nossa intenção não é duplicar serviços mas, sim, otimizar recursos, quer humanos, quer financeiros. Assim, tornar-se-á necessário priorizarmos o tipo de apoio e serviços a que queremos dar continuidade e os que queremos implementar, cogitando sempre, por uma resposta diferenciada de outras associações com os mesmos fins, para a mesma população. A criação de uma política de qualidade nos serviços e respostas a serem criadas descreve metas e objetivos relevantes no compromisso de gestão financeira, enfatizando uma melhoria contínua no desempenho da Associação.

A implementação de uma política de sustentabilidade é considerada uma função chave dentro da Associação como prestador de serviços e na implementação de respostas diferenciadas de actuação, garantindo que todos os colaboradores entendem a missão, os objetivos e os valores da Associação, na satisfação das necessidades e expectativas do público que atende. Uma organização sustentável precisa ser economicamente equilibrada, ambientalmente correta e socialmente responsável. A sustentabilidade é a excelência na optimização dos recursos, em busca do alcance dos objetivos.

Assim, para 2020 propomo-nos a:

- Dar continuidade ao processo de Licenciamento da Resposta Social CAARPD - Centro de Atendimento Acompanhamento e Reabilitação de Pessoas com Deficiência, que se encontra na Câmara Municipal de Lisboa (CML) à espera da fase de conclusão;

- Responder com a maior brevidade a todas as solicitações de apoio às pessoas com deficiência visual e suas famílias, minimizando o agravamento de perdas de autonomia e independência, quer ao nível pessoal ou familiar, permitindo a manutenção da qualidade de vida e de bem-estar;

- Prosseguir com os formatos de intervenção já existentes e implementar novas respostas no processo de reabilitação, desenvolvendo para o efeito, um conjunto coerente de serviços a prestar em regime de ambulatório presencial e/ou ao domicílio, que assegure a re/habilitação, bem como atividades ocupacionais. Verifica-se que a população que adquire a deficiência visual corresponde a uma faixa etária mais idosa, que carece de cuidados diferenciados e de novas respostas às suas necessidades. Estamos convictos que as atividades ocupacionais, promovendo o lúdico e o lazer, são fulcrais para minimizarem os problemas de isolamento social e permitirem o atraso na institucionalização da pessoa idosa com deficiência visual;

- Dar continuidade, nos meses de Abril, Julho e Dezembro, ao apoio nas Atividades da Vida Diária, desenvolvendo temáticas de interesse para os utentes e seus familiares e comunidade. Este planeamento vem facilitar a participação de pessoas que estejam a trabalhar ou a estudar, de modo a que possam, em períodos de férias, ter acesso à realização destas atividades;

- Dar continuidade às Ações de Braille na Educação e na Comunidade, para potenciar que cada pessoa que nos procure, com interesse na aquisição do Braille, possa, futuramente, ser um agente de mudança na divulgação, ensino e continuidade da importância do Braille na vida das pessoas cegas, bem como, na contribuição para atitudes positivas no concerne à inclusão. Queremos que técnicos e professores sejam o foco desta intervenção;

- Dar continuidade ao atendimento e acompanhamento, à orientação e encaminhamento para respostas adequadas a cada situação específica, tendo em conta as necessidades reais da pessoa com deficiência visual e de todos os intervenientes no seu processo reabilitativo, disponibilizando informação e apoio no acesso a recursos, serviços e equipamentos sociais específicos na área da deficiência visual;

- Dinamizar a Sala de Treino de Produtos de Apoio, financiada pelo BPI CAPACITAR, para promover o conhecimento e manuseamento dos produtos de apoio a grupos com e sem deficiência visual;

- Encontrar formas de dinamizar a Sala de Estimulação Sensorial (Sala Snoezelen), financiada pela Fundação EDP, no âmbito do programa EDP Solidária – Inclusão Social 2017;

- Cooperar com a Escola de Artes em Movimento – EAM na identificação e inscrição de utentes que queiram desenvolver aptidões musicais, facilitando a aquisição de novas competências e a participação numa atividade lúdica;

- Promover Workshops em diversas temáticas, para utentes e seus familiares e comunidade, permitindo a aquisição de novos conhecimentos e estratégias;

- Aproveitar as oportunidades de parceria, nomeadamente ao nível das empresas, instituições, fundações e universidades, e de candidaturas a programas operacionais de financiamento, para desenvolver novos projetos e iniciativas susceptíveis de constituírem novas respostas integradoras para aumentar a qualidade de vida das pessoas com deficiência visual;

- Promover eventos temáticos de debate sobre a deficiência visual.

3. Protocolos e Parcerias

Como condição de sustentabilidade e diversificação das respostas, quer pela continuidade dos projetos iniciados que transitam do exercício anterior, quer pelo desenvolvimento de novos projetos a que acresce a concretização de um esforço de racionalização estrutural, destaca-se o projeto da Digiteca (financiado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) pela renovação de protocolo e o projeto “Reeducar para Reabilitar” (financiado pelo BPI CAPACITAR, com protocolo de 2019 a Março de 2020), que merecem particular empenho e determinação.

É nossa intenção dar continuidade ao trabalho realizado com os parceiros já formalizados e por outro lado fomentar novas parcerias, no sector público e/ou privado. Neste contexto, a atividade será mais realista e orientada para as reais necessidades da comunidade, investindo-se na formação de parcerias estratégicas e de missão, quer no plano da sociedade, quer nos meandros da solidariedade social, pautadas por lógicas de não-dependência e de crescente autonomia financeira, potenciando os recursos disponíveis.

Resultado do trabalho que vem a ser desenvolvido, verifica-se a continuidade das seguintes parcerias formais e informais:

- Entidades de saúde - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal (APDP), Hospital de Santa Maria e Hospital da CUF;

- Entidades de ensino - Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, Agrupamento de Escolas de Olaias, Escola Secundária Doutor António Carvalho Figueiredo (Loures), Redbridge School, Instituto British Council e Goethe-Institut de Portugal;

- Equipamentos sociais - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Fundação Lar de Cegos Nossa Senhora da Saúde, RedEmprega Vale d’Alcântara e Associação Bengala Mágica;

- Entidades públicas - CML e as Juntas de Freguesia do Concelho de Lisboa (Areeiro, Beato e Parque das Nações protocoladas);

- Entidades desportivas - Ginásio Clube Português (GCP) e a Associação Nacional de Desporto para Deficientes Visuais.

Para 2020, propomo-nos a ser parceiros nos seguintes projetos:

- Dar continuidade ao projeto da Digiteca Áudio-Livros, protocolado com a SCML;

- Dar continuidade ao projeto MOV’IN, através da parceria com o GCP. Este programa pretende abranger todas as pessoas com deficiência da cidade de Lisboa,

através da realização de atividade física com o acompanhamento técnico especializado e de forma gratuita. A APEC tem um papel interventivo na divulgação e inscrição dos seus utentes na prática desportiva. Fruto desta parceria, identificou-se a necessidade de criar condições de acessibilidade no espaço do GCP, garantindo futuramente uma maior consciencialização da comunidade associativa para a importância no acesso a atividades de saúde e bem-estar para todos. Para 2020 é de interesse comum, elaborarmos um projeto na temática da acessibilidade de espaço físico;

- Dar continuidade ao projeto “Reeducar para Reabilitar”, candidatura ao BPI CAPACITAR em parceria com a APDP, premiada em Dezembro de 2018. Iniciado em Abril de 2019, pretende apoiar 50 adultos com diabetes e com diagnóstico de baixa-visão e/ou perda de visão (40 residentes na Grande Lisboa e 10 no Alentejo), possibilitando a sinalização e o apoio o mais precoce possível, para evitar a progressão do aumento da perda funcional e o risco de aquisição de problemas adicionais por falta de cuidados de saúde e de integração social, cuja consequência são o isolamento no contexto habitacional e a dependência de terceiros para a realização de tarefas diárias. Este projeto tem por objectivo capacitar para o conhecimento, manuseamento e treino na utilização de produtos de apoio, permitindo a autonomia na monitorização da glicémia e toma de insulina, bem como na realização de tarefas da vida diária, como por exemplo, o reconhecimento do dinheiro. Nesta perspectiva e dada a importância do mesmo para os beneficiários, quer a APEC, quer a APDP, reconhecem importância na sua continuidade e manutenção financeira. Assim, a APDP, em parceria com a APEC, candidatou-se ao Prémio BPI "la Caixa" Capacitar, em Maio de 2019, como entidade promotora, responsável pela candidatura, candidatando-se, por seu turno, a APEC, no mês de Outubro de 2019, como promotora, ao Prémio Fidelidade Comunidade 2019, tendo como parceiro a APDP;

- Criar as condições para a montagem de um mini-estúdio com as condições acústicas indispensáveis e o material apropriado, para realização de trabalhos de locução, em regime de parceria e/ou voluntariado, com profissionais da comunicação social - rádio e televisão - do conhecimento do público em geral;

- Cooperar com a Escola de Artes em Movimento – EAM, fomentando novas oportunidades de ensino musical e capacitação artística, a públicos diferenciados, indo ao encontro das necessidades de cada aluno através de ferramentas inovadoras. Criação de 40 vagas anuais para a população com deficiência visual comprovada por atestado de incapacidade;

- Estabelecer com o Instituto Nacional para a Reabilitação um trabalho de cooperação na optimização de recursos na logística e elaboração de projetos na área da deficiência;

- Criar uma parceria com uma entidade de trabalho voluntário para apoio a situações de fragilidade social;- Estabelecer parcerias com os empresários e as empresas, para que os mesmos possam ser sensibilizados no esforço de alargarem as suas bases de recrutamento, seleccionando e incluindo as pessoas com deficiência visual. A sociedade civil tem aqui um importante papel para a eliminação de preconceitos que ainda subsistem. Também o Estado deve desempenhar o seu papel, elaborando planos, com vista, a combater, de forma ativa, práticas discriminatórias, devendo cumprir os princípios constitucionais e legais, em especial na aplicação de coimas, de modo a promover e fazer cumprir a igualdade e não discriminação no acesso ao emprego, das pessoas com deficiência. É necessário que as Associações que promovem a dignificação

da pessoa com deficiência, possam fomentar uma imagem positiva e credível da pessoa, no desempenho de uma atividade profissional, com base nas suas competências, bem como sensibilizar as entidades para a requalificação dos seus profissionais que adquirem uma deficiência;

- Levar a cabo com a CML e as Associações para a Deficiência Visual do Concelho de Lisboa, a importância de um Fórum de Desenvolvimento para Novas Políticas, em três eixos cruciais na qualidade de vida das pessoas com deficiência visual: Educação, Formação Profissional e Empregabilidade; Barreiras nos Transportes/Acessibilidade Físicas/Digitais e Habitação. Foi em 2009 que Portugal aderiu à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que havia sido adoptada, em Nova Iorque, em 30 de Março de 2007, pela Assembleia Geral da ONU. Este instrumento internacional procurou, entre outros objetivos, incutir nos Estados a necessidade de promoção e implementação de medidas de apoio diferenciado para as pessoas com deficiência. Em termos concretos, há a percepção de que as políticas implementadas não têm dado os frutos esperados.

- Captar financiamento de empresas de retalho, instituições bancárias, entre outras, para apoiar pessoas com deficiência visual na utilização das suas plataformas digitais.

4. Acessibilidades e Novas Tecnologias

Para a maioria das pessoas, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência a tecnologia torna as coisas possíveis. A Acessibilidade é um conceito amplamente estudado para definir a possibilidade de qualquer pessoa, independentemente das suas características e contexto, poder aceder a espaços, produtos e serviços disponíveis à restante população. Está ligada ao conceito de Desenho Universal e baseia-se em políticas de defesa dos direitos das pessoas com deficiência. A acessibilidade aos espaços físicos, a acessibilidade informática ou digital e as tecnologias de comunicação e informação, são temáticas a serem defendidas e divulgadas enquanto boas práticas.

Propomos:

- Disponibilizar serviços específicos de formação pessoal, nas áreas de TIC, a trabalhadores de empresas, com e sem deficiência visual, com contrapartidas financeiras para a nossa instituição;

- Promover ações de sensibilização junto de empresas e de entidades comerciais para desmistificar a deficiência visual e visar o interesse na adaptação de materiais utilitários da vida diária;

- Fazer um levantamento de aplicações acessíveis ao público com deficiência visual;

- Dar continuidade aos Workshops na área das Tecnologias de Informação e Comunicação para a população com deficiência visual, seus familiares e comunidade;

- Dar continuidade na adaptação do GCP (espaço envolvente e máquinas) para garantir uma maior segurança e autonomia na prática desportiva das pessoas com deficiência visual;

- Protocolar com algumas escolas e universidades para que incluam no seu plano de atividades, Workshops de Sensibilização sobre acessibilidade;

- Reunir esforços, junto do Ministério da Educação, para que sejam incluídas sessões sobre acessibilidade de documentos no 2º e 3º ciclos.

5. Património e Instalações

Temos dado primordial importância ao investimento efetuado nos imóveis da Associação, que constituem a nossa principal fonte de rendimento. Neste momento, todos os prédios se encontram recuperados, não se prevendo obras de investimento nos mesmos. Também o edifício sede sofreu obras de recuperação e beneficiação, não se encontrando previstos quaisquer investimentos no próximo ano. No entanto, e estando em curso, junto da CML, o processo de licenciamento do CAARPD, irão ser necessárias obras, para instalação de um sistema de proteção contra incêndios, conforme as normas existentes na lei e para as quais se cativou um valor de investimento de 20.000,00 euros.

6. Relações Externas

Consideramos fundamental o trabalho conjunto com os intervenientes com poder de decisão, quer política, quer social. Continuaremos a fazer-nos representar na Rede Europeia Anti Pobreza; na Confederação Nacional de Organismos de Deficientes; na União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social; no Instituto Nacional para a Reabilitação; Conselho Municipal para a Integração das Pessoas com Deficiência nos Equipamentos Sociais de resposta à população com deficiência Visual; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia; Centros Distritais da Segurança Social; Misericórdias; Administrações Regionais de Saúde e outros.

Acreditamos que o trabalho de proximidade desenvolvido com as juntas de freguesia, tem permitido a divulgação da nossa Associação, contribuindo para desmistificar a deficiência visual e desenvolver projetos para a comunidade.

Assim, no âmbito das Relações Externas propomos:

- Continuar a trabalhar na melhoria da nossa imagem institucional junto da comunidade, promovendo ações de sensibilização, serviços na área da reabilitação, elaboração e desenvolvimento de projetos com parceiros, fomentando a proximidade entre os serviços;

- Defender os interesses das pessoas com deficiência visual, cativando novos associados voluntariamente, por se identificarem com a Associação e com o seu trabalho;

- Promover a divulgação das nossas parcerias através de atividades de informação e sensibilização realizadas com a comunidade;

- Elaborar um novo layout do site da Associação, continuando a divulgar as nossas atividades através das redes sociais,

- Criar uma newsletter;

- Distribuir folhetos informativos dos serviços prestados;

- Promover atividades de interesse associativo comemorando o Dia Mundial do Braille a 4 de Janeiro, o aniversário da Associação a 12 de Março, o Dia da Bengala Branca a 15 de Outubro e o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência a 3 de Dezembro;

- Realizar trimestralmente um evento temático dirigido à comunidade.

7. Recursos Humanos

Observando uma política de recursos humanos ainda mais exigente, procuraremos reforçar os quadros com uma política de admissão de pessoal, assente em necessidades reais nas suas áreas estratégicas, pelo que se torna necessário para a Associação, ter em conta a identificação de competências necessárias para o desempenho de funções a realizar e outras a implementar.

Pretendemos disponibilizar ações de formação e de sensibilização ajustadas às necessidades da Associação em todos os seus domínios de atividade, como um contributo efectivo para uma gestão criativa e inovadora dos seus recursos, potenciais e competências disponíveis, com vista à criação de valor, à melhoria contínua em todas as áreas de atuação e à consolidação económico-financeira da Associação.

Apostaremos na promoção de um estágio profissional na área de Psicologia através de candidatura à Medida Estágios de Inserção do IEFP cujo deferimento já obtivemos.

Será criado um espaço aberto ao colaborador para:

- Apresentação de propostas a serem avaliadas pela Direção;
- Divulgação de informação provinda dos média e redes sociais, que cada colaborador considere pertinente para a Associação;
- Reflexão e debate de conteúdos.

8. Orçamento

O Orçamento reflete as opções do Plano, mantendo a cautela e prudência que os tempos recomendam, assumindo para tal, os seguintes princípios: o princípio do investimento sustentado; o princípio da integração e partilha de serviços, evidenciando uma maior eficácia na operação com cumprimento na execução orçamental e, por último, o princípio da regra de ouro orçamental, afirmando princípios e condutas que dignifiquem a imagem da Associação, preservando uma cultura de solidariedade responsável.

Assim, assentando numa projeção dos dados contabilísticos do balancete de Setembro de 2019 e, tendo em conta, os ajustamentos e nova dinâmica de atividades e projetos a desenvolver no Centro de Atendimento, apresentamos o Orçamento para o ano de 2020, encontrando-se o mesmo subdividido em Sede, Centro de Atendimento e Digiteca.

Nesta conformidade temos:

Rendimentos – Sede

Conta 7873 – Rendas de imóveis. Encontrando-se os imóveis da Associação reabilitados, mercê do investimento feito anteriormente, os apartamentos estão

arrendados nas melhores condições do mercado de arrendamento, estimando-se o valor de rendas a receber de 240.000,00€.

Como outros rendimentos da Sede, temos a referir o valor de quotas dos associados e donativos estimados em 4.692,28€.

Rendimentos – Digiteca

Conta 7513 - Subsídio da SCML para continuidade do projeto da Digiteca, com protocolo celebrado por três anos, cujo valor a receber em 2020 será de 34.800,00€.

Rendimentos – Centro de Atendimento

Conta 78886 – Canon. O valor do Canon para o ano de 2020 será de 18.000,00€ mensais, prevendo-se um total a receber de 216.000,00€.

Assim, os rendimentos previstos são:

Sede – 244.692,28€

Digiteca – 34.800,00€

Centro Atendimento – 216.000,00€

O total de rendimentos previstos é de 495.492,28€.

Gastos – Sede

Conta 62 – Outros fornecimentos e serviços externos. Esta conta apresenta um valor de 62.960,00€, sendo a rubrica de honorários previstos para apoio jurídico e outras prestações de serviços de 30.000,00€, acresce também a este valor as despesas correntes necessárias para o bom funcionamento dos serviços, tais como os trabalhos especializados, eletricidade, água, comunicações e seguros.

Conta 63 – Gastos com Pessoal. O quadro do pessoal afeto à Sede é de três colaboradores, prevendo-se um gasto de 45.114,70€.

Conta – 64 Depreciações. O valor das depreciações em propriedades de investimento é de 18.537,66€.

Gastos – Digiteca

Conta 62 - Outros fornecimentos e serviços externos:

- 32.040,00€ em valor de honorários;

- 2.760,00€ em utensílios necessários.

Gastos - Centro de Atendimento

Conta 62 - Outros fornecimentos e serviços externos. Para o bom funcionamento dos serviços e do espaço onde se encontra o Centro de Atendimento estima-se o valor de 31.940,00€, subdividido por várias contas.

Conta 63 – Gastos com pessoal. O quadro do pessoal afeto ao Centro engloba 5 pessoas, prevendo-se a contratação de 2 novos colaboradores, que sejam necessários admitir para o bom funcionamento do Centro, sendo o gasto previsto de 151.089,80€.

Assim os gastos previstos são de:

Sede – 127.908,87€

Digiteca - 34.800,00€

Centro: 183.029,80€

O total dos gastos previstos é de 345.738,67€.

Apresenta-se assim um valor resultado líquido previsto de 149.753,61€, distribuído por Sede no valor de 116.783,41€ e por Centro de Atendimento no valor de 32.970,20€.

9. Conclusão

A Associação deverá esforçar-se por manter a qualidade e estabilidade alcançada nos últimos anos, na prestação dos seus serviços, e continuar no sentido do desenvolvimento e inovação, com base numa estrutura financeira equilibrada.

Continuaremos a primar pela liberdade de um poder reivindicativo, com identidade associativa, nos objetivos a que nos propomos alcançar e para tal queremos promover dinâmicas de participação das pessoas com deficiência visual no planeamento de atividades, bem como no próprio desenvolvimento da Associação, enquanto organização que visa o respeito pelos interesses dos seus associados.

A tudo isto foram acrescentados conteúdos, estratégias e dinâmicas, que possam aprofundar a política de proximidade e reciprocidade, procurando garantir uma organização mais forte, sustentada e coesa, colocando no seu centro nevrálgico, e como definição de marca, a pessoa do beneficiário e a personalização dos serviços prestados. No domínio orçamental, os objetivos definidos procuram conciliar a atividade proposta, num justo equilíbrio entre a despesa e a receita, com a adopção de uma política de rigor e controlo da execução financeira.

Temo-lo dito muitas vezes, e afirmamo-lo uma vez mais, devemos ser ambiciosos nos nossos objetivos, demonstrando uma permanente avaliação daquilo que foi feito, no sentido de melhoria contínua dos serviços que prestamos e do nosso crescimento organizacional, numa procura permanente de conseguirmos estabilizar o nosso desempenho para um nível que se quer de excelência. O futuro não se adivinha fácil, exigindo o acento tónico em princípios orientadores do pensamento, ao nível da intervenção social, capaz de dar coerência e consistência às ações práticas. Para nós, a importância de se estabelecerem objetivos é decidir a forma de os alcançar e de nos mantermos fiéis a eles. No espírito de missão que deve caracterizar a APEC, com audácia e honestidade, estando cientes que é hoje, um desafio para a Associação a implementação de respostas inovadoras que promovam a manutenção da qualidade de vida da pessoa com deficiência visual.

Convictos que o Plano de Atividades que se acaba de expor é perfeitamente flexível e exequível, estamos abertos, e dispostos a acolher todas as sugestões e propostas que vão

ao encontro de uma melhoria na vida das pessoas com deficiência visual que recorrem a nós.

Lisboa, 21 de Outubro de 2019

A Direção